



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vitela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 71.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1993**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha e Eurides Moura (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Of. n.^o 131/93 OJC/PT

Senhor Presidente.

É sabido que os agricultores paranaenses estão passando por uma séria crise por vários fatores, dentre eles, a falta de crédito. Portanto, cientes da necessidade de debatermos este importante tema, solicitamos pelo presente, a esta Presidência, seja aberto espaço no final da Sessão do

dia 09 de agosto próximo, para que, a partir de uma exposição, feita por representantes de entidades rurais, realizarmos um diálogo franco e aberto no sentido de contribuímos para encontrarmos uma solução.

Na certeza de vossa compreensão, reiteramos votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 2780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N.^o 2788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n.^o 398/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões, para que seja encaminhado à C.O.P.T.C., a fim de que seja baixado em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N.^o 2789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n.^o 296/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões, para que seja encaminhado à C.O.P.T.C., a fim de que seja baixado em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N.^o 2790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n.^o 206/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, da Ordem do Dia de hoje por 05

(cinco) Sessões, para que seja encaminhado à Comissão de Saúde, e baixado em diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 2781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feito a consignação na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, para que seja marcada a data de 16 de setembro do ano em curso, para entrega do Título de Cidadão Honorário ao Doutor Armando Martins Pereira.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O presente se dá por motivo da entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Armando Martins Pereira, em cumprimento a Lei n° 10.271, de 05 de maio de 1993, publicada no Diário Oficial n° 4.006, do dia 06 de maio de 1993, página 03.

REQUERIMENTO N° 2799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com base nas disposições regimentais pertinentes, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Especial composta de 05 (cinco) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, proceder a estudos relativos aos índices de participação dos Municípios no resultado da arrecadação do ICMS.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(aa) TOTI COLAÇO e
ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É sabido que os Municípios paranaenses, como de igual forma os demais da Federação, encontram dificuldades de amplo teor, em razão da exigüidade de recursos suficientes para manutenção e novos investimentos nos mais diversos campos de sua área de competência.

Deve esta Casa, no cumprimento de sua missão institucional, buscar alternativas plausíveis, no sentido de minorar tal situação, motivo que nos leva a apresentar este requerimento, para o qual solicitamos a especial atenção dos Senhores Deputados, bem como o conseqüente apoio.

REQUERIMENTO N° 2763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor José Marciano de Souza, ocorrido em 08/07/93, na cidade

de Itanhaem/SP.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa da viúva Senhora Antonia Gama de Souza e sua única filha Sônia Maria Guidi, sito à Rua Campos Aires n° 152 - Itanhaem/SP., CEP 11.740-000.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Professor ELIAS ABRAHÃO, Secretário de Estado da Educação, pela iniciativa da aquisição e instalação de antenas parabólicas nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Professor ELIAS ABRAHÃO.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia na educação, e para desenvolver a fé e a esperança da população interiorana e acreditando no progresso paranaense, o Professor ELIAS ABRAHÃO, confiante em futuro melhor para esta terra e sua gente, valores pelos quais sempre se bateu com valentia e bravura, o Secretário de Educação mostra sua coragem e fé, investindo mais de 20 milhões de cruzeiros reais em antenas parabólicas, que garantirão promoção de cursos de treinamento à distância para professores. Dentro do projeto de capacitação, acenando para os estudantes com a possibilidade de mais de um instrumento de auxílio no processo de aprendizagem, e abrindo espaço à comunidade, onde ela terá acesso a programas culturais e educacionais.

A lição que nos oferece a Secretaria da Educação, não é só da educação e cultura correta e útil para a comunidade, como também exemplo do que podem edificar e investir administradores de larga e abrangente visão.

Graças a este espírito empreendedor, a equipe do Governador ROBERTO REQUIÃO, tem motivo de sobra para se orgulhar do crescimento - como testemunha altaneiro e vibrante na trajetória da modernidade - buscando melhoria na qualidade de ensino no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná, na pessoa de seu Comandante Geral, pelas comemorações alusivas aos seus 139 anos de relevantes serviços prestados em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O QUE É A POLÍCIA MILITAR

É a polícia preventiva que exerce a atividade de prevenção e vigilância, com o fim de evitar desordens, crimes e manter inalterada a ordem pública e social, garantindo a segurança individual e a propriedade.

EDUCADORA: Ela orienta os usuários de trânsito nas cidades e estradas, e se faz presente nos parques, bosques, florestas, mananciais, protegendo a floresta e a fauna;

ASSISTENCIAL: Ela socorre os menores carentes, pessoas perdidas, idosos carentes, enfermos, acidentados no trânsito, no trabalho e no lazer, prestando os primeiros socorros e posteriormente transportando-os para hospitais, albergues, creches e outros estabelecimentos de assistência;

OSTENSIVA: É reconhecida, ao longe, pelo uso de seu uniforme, equipamento, viatura, sempre presente nas concentrações populares como: esportes, shows, comícios, logradouros públicos, protegendo as pessoas no lazer, na educação, no trabalho e no descanso.

ATUANTE: Combatendo os infratores da Lei, retirando do meio da sociedade as pessoas de má índole que pretendem atentar contra a vida.

COMO SE CONSTITUI A POLÍCIA MILITAR:

A Corporação é composta de unidades como o Corpo de Bombeiros, Batalhão de Polícia Rodoviária, Batalhão de Polícia Florestal, Regimento de Polícia Montada, Companhia de Polícia Feminina, Academia Policial Militar e outros.

HISTÓRICO:

Berço de Líderes e exemplo de brasilidade e civismo, a Polícia Militar do Paraná teve sua história iniciada em 1853, sete meses depois do Governo do Império do Brasil desmembrar o Paraná de São Paulo, designado o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos para Presidente da mais nova Província.

Em 10 de agosto de 1854, através da Lei nº 07, o então Presidente criou a Companhia da Força Policial da Província do Paraná, nomeando o Capitão do Exército Nacional Joaquim Moreira Mendonça, como seu 1º Comandante Geral.

A partir de então, o Paraná passou a conhecer e respeitar a importância dos Policiais Militares, que contribuíram com o desenvolvimento do Estado, combatendo índios e bandoleiros pelos sertões de nossa terra.

Ao longo dos anos, a corporação foi ganhando novos nomes, como CORPO POLICIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (em 1874), REGIMENTO DE SEGURANÇA DO PARANÁ (em 1892), FORÇA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ (1917), até que, em 1946, ganhou a denominação de **POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**, usada até hoje.

Momentos históricos de relevadas importâncias contaram com a participação de seus integrantes, como em 1865, quando fizeram parte do Corpo de Voluntários da Pátria, na Guerra do Paraguai, e em 1893 participaram do famoso cerco da Lapa, e ainda, em 1912, estiveram presentes na Guerra do Contestado.

Mantendo as suas tradições, a PM cultua e preserva orgulhosamente toda gama de serviços prestados ao Estado e ao País.

Sua principal missão é garantir a segurança do povo paranaense, para que este possa usufruir de todos os direitos que a Lei assegura.

Amiga e sempre pronta para servir as pessoas de bem, combatendo diuturnamente a criminalidade, a PM é organizada e estruturada na disciplina e hierarquia, voltada para o policiamento ostensivo e preventivo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores e Senhora Deputada, no momento em que esta corporação comemora seus 139 anos de relevantes serviços prestados ao povo de nosso Estado, nos cabe registrar tão importante acontecimento. Obrigado.

REQUERIMENTO Nº 2784

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Guarda Municipal de Curitiba, pela comemoração do seu 5º aniversário.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal de Curitiba e ao Diretor da Guarda Municipal.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1988, a Guarda Municipal de Curitiba conta hoje com aproximadamente 2.000 servidores. Eles desempenham ação de forma fiscalizadora, fazendo o que se conhece como polícia administrativa. Protegem escolas, creches, unidades de saúde e demais instalações, dos crimes contra o patrimônio, em cerca de 400 unidades históricas e culturais.

Os profissionais da Guarda Municipal atuam, ainda, prevenindo ilícitos penais, orientando o público e o trânsito de veículos nos parques, ciclovias e logradouros; zelam por equipamentos e até prestam informações de ordem turística; viabilizam travessias de avenidas para escolares da rede municipal (Pelotão Escolar). Outra atividade que vem sendo desenvolvida pela Guarda Municipal é no sentido de evitar invasões em áreas da cidade destinadas à implantação industrial e assentamentos de conjuntos populares e habitacionais.

Lamentavelmente, nos últimos meses, realizando essa última função, muitos guardas já se feriram, enfrentando invasores, sem contudo, deixar máculas à incorrigível atuação da instituição.

Diante disto, acreditamos oportuna a prestação de homenagem através da Assembléia Legislativa do Paraná, sobretudo pelo excelente serviço prestado pela Guarda Municipal à população de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 2785

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à nova Diretoria eleita do Centro Acadêmico Sobral Pinto, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Das mais conceituadas no País, a Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, tem seus alunos representados pelo Centro Acadêmico Sobral Pinto.

No dia 05 de agosto próximo passado, o Centro Acadêmico empossou sua nova Diretoria, gestão "MUTATIS MUTANDIS", encarregada de gerir a entidade no período de 1993/1994.

São os seguintes os novos diretores do CASP:

.Presidente:	MAXIMILIANO CARDOSO DE M. PIRES
.Vice-Presidente:	HEROLDES BAHR NETO
.1° Vice:	GUILHERME V. DONI
.Secretário Geral:	PAULO LARA
.1° Secretário:	RENATO CANTONI
.Tesoureiro:	OMAR ELIAS GEHA
.1° Tesoureiro:	SIMONE BECKER

Que o presente voto de congratulações represente os cumprimentos do Poder Legislativo do Estado à nova Diretoria do CASP, eleita entre os alunos do curso de Direito da PUC/PR, bem como votos de uma gestão

profícua e empreendedora.

REQUERIMENTO N° 2792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações ao senhor BRAZ SARUBO, por sua recente eleição para o cargo de Presidente da Associação dos Moradores do Jardim John Kennedy, da Cidade de Campo Mourão, ocorrida no dia 11.07.93.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Presidente eleito.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que em nome deste Poder Legislativo, o Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti, de conformidade com as disposições constitucionais, entre com AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, junto ao STF - Supremo Tribunal Federal, contra ato que instituiu a cobrança do I.P.M.F. - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, sobre as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Bloco Parlamentar Municipalista em conjunto com a Associação dos Municípios do Paraná, darão todas as informações técnicas e necessárias para a devida propositura judicial.

À União compete a elaboração de leis gerais que serão adequadas e regulamentadas pelas Constituições Estaduais, todavia no caso do IPMF, a lei é por demais específica, vindo flagrantemente contra os Municípios.

REQUERIMENTO N° 2757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Eduardo Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando um relatório de Projetos de Meio Ambiente, e Projetos de Reflorestamentos existentes no Litoral paranaense, tanto de parte do Governo Estadual, como da iniciativa particular, aprovados pelos citados Órgãos Públicos.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Litoral paranaense vive momentos de angústia e preocupação, com o relacionamento distante existente entre os programas de incentivo à produção do Governo e a realidade de mexer na terra, em função da famigerada Lei da Mata Atlântica, onde ninguém em sã consciência ainda mostrou o que de bom trouxe aos produtores.

Devem logicamente, existir alternativas que atendam eficazmente a parte governamental em sua teoria nostálgica de fiscalizar com severidade, e aqueles que querem produzir, para a sua sobrevivência, e para fornecerem ao povo em geral.

REQUERIMENTO N° 2758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, solicitando reformas no prédio onde funciona o IML e IPT em Paranaguá, bem como o reaparelhamento técnico e funcional do citado órgão, junto a 2.^a Subdivisão Policial na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os acontecimentos inacreditáveis como vítimas de acidentes mais de quatro horas nos asfaltos, perícias técnicas feitas mais de cinco horas após os acidentes, falta de médicos legistas para atender as vítimas, e ainda falta de condições normais de trabalho junto ao IML e IPT de Paranaguá, são fatos comuns junto a 2.^a Subdivisão Policial, onde o titular Bel. Otacílio Gimenez Bovolin, não sabe mais como justificar essa falta grave da Secretaria de Segurança Pública, para com a Cidade de Paranaguá e região do Litoral Paranaense, onde as reclamações atingem todos os níveis.

As respostas como: "estamos providenciando a realização de recursos públicos para a admissão de pessoal", ou ainda "logo que os recursos financeiros sejam liberados", não convencem mais a população de Paranaguá, onde a cada ocorrência existente na cidade, aumentam as queixas contra esse descaso do Governo Estadual.

REQUERIMENTO N° 2762

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sa-

nitários no município de Conselheiro Marinho.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão, ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa atender tal problema, servindo como um meio eficaz no combate à contaminação e à propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2765

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de Figueira.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão, ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa atender tal problema, servindo como um meio eficaz no combate à contaminação e à propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2766

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de 01 (uma) viatura para a Polícia Civil do Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresen-

tada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrências policiais. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2771

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de 01 (uma) viatura para a Polícia Civil do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrências policiais. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2768

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão do Município de Conselheiro Mairinck, no Programa Casa da Família.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do Município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente

predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no Município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 2767

Senhor Presidente,

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a inclusão do Município de Figueira, no Programa Casa da Família.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do Município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no Município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 2770

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma Kombi para o transporte escolar do Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do Município e, ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência, atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 2769

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma Kombi para o transporte escolar do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do Município e, ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência, atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 2773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Farol.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de

Expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

- Se foram liberados recursos, por parte desta Secretaria, para o Município de Cruz Machado, para a pavimentação com pedras irregulares, da estrada que liga o Município de Cruz Machado a Pinhão?

- Se houve também a liberação de recursos para pavimentação do trecho que liga a comunidade de Linha Vitória (Cruz Machado) até a balsa que liga com o Município de Bituruna?

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 2787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Habitação, solicitando informações com relação aos Conjuntos Habitacionais Jardim Conceição e David Federmann, de Ponta Grossa, conforme segue abaixo:

- Cópia do Contrato de Empréstimo;
- Cópia da Carta proposta ou Pedido de Empréstimo;
- Cópia do Espelho do Projeto;
- Cópia da Planta do Empreendimento;
- Cópia do Projeto Arquitetônico do Empreendimento;
- Cópia do Projeto Hidráulico, Elétrico e Estrutural;
- Cópia do Memorial e especificações de serviços referentes a construção, urbanização, infra-estrutura e equipamentos comunitários;
- Cópia de Orçamentos relativos a todas as obras discriminando todos os serviços necessários a execução do empreendimento;
- Cópia do Plano financeiro de operação, detalhamento de investimento incidente;
- Cópia da opção de compra e venda do terreno;
- Cópia do Plano de Comercialização;
- Qual é o Agente Financeiro?

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 2791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando através do setor competente a implantação do programa de micro-bacias, desenvolvido por aquela

Secretaria para o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, enquanto órgão especializado na administração e na política agrícola do Estado, vem, graças a capacitação de sua equipe e a competência de sua administração, prestando inestimáveis serviços à agricultura do Paraná e do Brasil.

A difusão de seus projetos e programas faz com que a comunidade agrícola de Boa Esperança encaminhe a presente reivindicação, que espera ver atendida por parte da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com vistas à melhoria de sua safra e de condições de rentabilidade à agricultura daquele município.

REQUERIMENTO N° 2793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no programa de obras daquela Secretaria, pavimentação asfáltica do trecho rodoviário compreendido entre Boa Esperança - Paranaguáçu - Rancho Alegre D'Oeste e, serviços de conservação das estradas rurais vicinais do Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A elaboração de programas e metas administrativas do Governo do Estado, para atingirem seus objetivos, deveriam obedecer um programa integrado entre os vários segmentos administrativos que o integram.

Pois de nada adianta, por exemplo, criar programas de incentivo à agricultura, se conjuntamente não se dotar os integrantes do programa de condições viárias para escoamento das safras produzidas.

Boa Esperança, município integrante da microrregião de Campo Mourão, destaca-se na área agrícola como produtor de grãos. Entretanto, inúmeras são as dificuldades encontradas pelos produtores rurais para vazão de comercialização de sua produção.

Em decorrência do exposto, solicita-se a inclusão do referido trecho no plano de obras daquela pasta, o que se vier a ocorrer será de grande valia não só aos produtores da região, mas aos usuários daquela rodovia em geral.

REQUERIMENTO N° 2794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a promoção das medidas adiante especificadas para a área desportiva do Município de Boa Esperança.

1) Construção de arquibancadas e vestiários no estádio municipal;

2) Construção de piscina olímpica.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O esporte e o lazer estão consignados constitucionalmente como direito do cidadão e dever do Estado.

Boa Esperança, entretanto, não foi ainda atingida nesse aspecto por parte do Poder Público. Município jovem, de pequeno porte, com limitações orçamentárias, sofre com a impossibilidade de proporcionar, aos jovens de seu município, condições mínimas para a prática do desporto e dos benefícios do lazer.

Em decorrência de tal circunstância, apela ao Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, esperando ver atendidas suas mínimas e justas reivindicações.

REQUERIMENTO N° 2795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas, para atendimento às necessidades das escolas da rede pública do Município de Boa Esperança.

1) Material permanente;

2) Retro-projetores;

3) Reforma e manutenção física das escolas;

4) Repasse da merenda escolar.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança, município próximo de Campo Mourão e, integrante da microrregião-12, deixa muito a desejar no que concerne às condições de ensino de suas escolas da rede pública.

Enfrentando sérias dificuldades, inclusive com a falta de material permanente indispensável à sua manutenção e cumprimento de suas finalidades, apresenta suas instalações físicas deterioradas.

Diante do exposto, aguarda-se providências que deverão ser urgentes por parte da Secretaria de Estado da Educação, objetivando o atendimento destas mínimas reivindicações da comunidade estudantil de Boa Esperança.

REQUERIMENTO N° 2796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Delegado José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o setor de segurança da cidade e município de Boa Esperança.

- 1) Armamento e respectiva munição;
- 2) Verba para manutenção do veículo e para aquisição de combustível;
- 3) Reforma do sistema de comunicação por rádio;
- 4) Um aparelho de fax;
- 5) Ampliação física da delegacia, construção e instalação de cozinha.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança, como os demais municípios de pequeno e médio porte, necessita de revisão urgente nas condições de prestação de serviços de segurança pública aos seus habitantes.

Aliás, como vem ocorrendo na grande maioria dos municípios do Estado, não conta com as condições mínimas imprescindíveis à prestação de serviços para suas comunidades.

Faz-se, portanto, necessária a adoção de urgentes efetivas providências por parte do Poder Executivo do Estado, objetivando a solução e equacionamento das necessidades daquela delegacia de polícia.

REQUERIMENTO N° 2798

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo "Um não à baderna", publicado pelo jornal Correio de Notícias desta data.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 381/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte", a ser instalado na sede do Município de União da Vitória e que deverá funcionar nos moldes dos demais Colégios Agrícolas do Estado.

Art. 2° - A direção do Colégio e a Secretaria de Estado a que pertencer, em convênio com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, firmarão contrato de COMO-

DATO em áreas de terras estaduais, disponíveis nos Municípios da região, para ali realizar as aulas práticas e experimentais.

Parágrafo Único - Fica também autorizado a acolher outros cursos e disciplinas para o aperfeiçoamento das novas gerações rurícolas.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei que ora se submete a doura consideração desta Casa de Leis, e que tem por objetivo a autorização para a criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" a ser instalado no Município de União da Vitória, fundamenta-se essencialmente nas aspirações de há muito pela comunidade e pelas lideranças regionais, com vistas a oferecer a melhor qualidade de ensino aos jovens que terão oportunidade de permanecerem entre os seus e, que num futuro muito próximo tenham chance de trabalho junto às populações tradicionalmente vinculada a agropecuária.

Considerando tais aspectos e movidos por fatores que determinam a urgente necessidade de investir no homem do campo e no crescimento da região estimulando os sentimentos de solidariedade com a população trabalhadora, pois trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que abrirá oportunidade para os jovens em toda a vasta região de União da Vitória.

O grande desenvolvimento econômico-social da região determina um tratamento todo especial por parte das autoridades estaduais, permitindo um acesso mais rápido à moderna tecnologia.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social, e que por vários motivos devemos aplicar os mais elementares preceitos de amor e fraternidade, resgatando uma antiga reivindicação da população da região.

A criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" que, com seu nome estaremos homenageando o saudoso, boníssimo chefe de família, grande empresário, Diretor de uma das maiores empresas do ramo da agroindústria do sul do país, falecido em 21 de abril de 1992. Domingos Forte plantou em todos os cantos do sul paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã, respeitado pela sua visão e pelo arrojo como empresário bem sucedido. Além disso, participou sempre de todos os movi-

mentos sociais e filantrópicos onde foi convocado em favor da causa paranaense. Foi um símbolo de cidadão, empreendedor e participativo, paradigma dos nossos homens de negócios e paladino das grandes causas.

Com a aprovação deste projeto de lei pelos nobres pares desta Casa de Leis, homenagearemos o líder ausente, o timoneiro e que seu exemplo seja a inspiração a todos os jovens que freqüentarão o futuro Colégio, cuja aprovação pelo Legislativo Paranaense será banhar com a luz da esperança a face de toda a população daquela região.

PROJETO DE LEI N° 382/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), somente poderão obter autorização para acesso às estradas estaduais se se comprometerem a não vender ou servir bebida com qualquer teor alcoólico, sob pena de ser cancelada a referida autorização.

Art. 2° - A autorização que já tiver sido concedida será cancelada, independentemente de notificação, se o respectivo estabelecimento não apresentar ao órgão concedente o compromisso a que alude o artigo anterior, no prazo de 90 (noventa) dias, contados à partir da publicação desta lei.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal estabelece a competência da União para legislar sobre tráfego e trânsito nas vias terrestres competência que não exclui a dos Estados para, supletivamente legislar sobre a matéria.

Legislando portanto, sobre segurança de tráfego nas estradas estará o Estado agindo rigorosamente dentro do âmbito de competência que foi assinado pela maior e, chamando a si a disciplina da matéria não estará, igualmente, invadindo a área de alçada do Município.

A presente propositura colimando, por conseguinte, perfilha-se entre normas relativas à segurança do tráfego em estradas estaduais, ajusta-se ao figurino constitucional e ao ordenamento legal vigente.

As autorizações para acessos deverão obedecer as condições estabelecidas nesta

lei e serão dadas sempre à título precário, prevendo o texto legal da regulamentação que os acessos e os estabelecimentos obedecerão em tudo as normas técnicas específicas baixadas pelo Executivo de acordo com o art. 3°.

Ora, a preocupação com segurança ao longo das rodovias do Estado, é, sem dúvida, técnica que preside a todas as disposições que serão impostas aos proprietários de estabelecimentos comerciais.

As restrições legais para a venda de bebidas alcoólicas serão as previstas na regulamentação desta Lei.

O Estado de São Paulo, através da Lei n° 4.855 de 27 de novembro de 1985, regulamentada pelo Decreto n° 28.761 de 26 de agosto de 1988, proibiu servir bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados ao longo das rodovias estaduais (xerox anexo).

Conforme tivemos oportunidade de constatar pessoalmente, está sendo cumprida rigorosamente.

Nesta Casa de Leis, tramitaram e receberam pareceres favoráveis das comissões técnicas os seguintes Projetos de Lei: 220/88, 223/88, 245/88, 280/88 e 350/88 de autoria respectivamente dos Deputados: José Felinto, Rubens Bueno, Nereu Carlos Massignan, Ezequias Losso e José Rogério de Carvalho. Infelizmente todos foram arquivados pela Resolução n° 159/90 atendendo dispositivo regimental por terem ultrapassado a Legislatura anterior. (Xerocópias em anexo)

Esperamos agora que este nosso Projeto, mais abrangente e mais elucidativo, mereça a atenção dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 383/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE BETÂNIA, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, que através do presente, pretende ser declarada de utilidade pública, presta assistência às crianças carentes habitantes da ex-favela da Caixa Econômica Federal.

Dentre as finalidades expressas em seu Estatuto, encontra-se a promoção de amparo

social à coletividade, às crianças carentes, manutenção de creche-escola, etc.

Diante do exposto e das cláusulas contratuais, esta entidade encontra-se de acordo com a Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978.

PROJETO DE LEI N° 384/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Hospital de Caridade "D. Darcy Vargas" com sede e foro no Município de Rebouças-Pr.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade "Dona Darcy Vargas", foi fundado em 25 de janeiro de 1953, com sede e foro em Rebouças-Pr., tem por finalidade principal socorrer os doentes pobres, desprovidos de condições financeiras para o tratamento de saúde. Trata-se de entidade particular sem fins lucrativos e que necessita de recursos dos cofres públicos para levar adiante o nobre intento de caridade.

Por tratar-se de atividades que merece todo o nosso respeito é que solicitamos o apoio do douto e soberano Plenário.

PROJETO DE LEI N° 385/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Clube das Mães de Guamiranga, com sede e foro no Distrito de Guamiranga, Município de Imbituva-Pr.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Clube das Mães de Guamiranga, é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 03.09.75, com o objetivo de atender crianças de 03 a 06 anos de idade, proporcionando uma maior interação, socialização, alimentação, educação e lazer, dando condições aos pais de trabalharem para o auto-sustento.

Além das crianças, atende a mais 25 idosas, que desenvolvem trabalhos manuais, permitindo assim a convivência-saudável e pacífica entre si e a comunidade.

PROJETO DE LEI N° 386/93
A Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná, com fundamento no art. 24, inciso

I e parágrafos da Constituição Federal e no art. 13, inciso I e parágrafos da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que o Convênio ICMS n° 66, de 16.12.1988, enuncia a hipótese de atividades integradas e o princípio da autonomia dos estabelecimentos, e ainda

que o Convênio ICMS n° 66/88 atua eficazmente com força de lei complementar em decorrência do disposto no § 8° do art. 34 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal,

que a Lei Estadual n° 8.933/89 omite a hipótese de atividades integradas e o princípio da autonomia dos estabelecimentos enunciados na legislação que lhe é superior,

que a Lei Complementar Federal n° 63, de 11.01.1990, requer, para fins de identificação da participação no produto do ICMS, a apuração do valor adicionado em cada Município,

que a Lei Complementar n° 63/90 silencia quanto ao critério de partilha do valor adicionado decorrente de atividades integradas que se realizem em mais de um Município,

Considerando, finalmente, que das contradições e lacunas legais indicadas têm resultado conflitos entre Municípios e problemas nos procedimentos da autoridade fazendária do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam introduzidos os seguintes acréscimos e alterações à Lei Estadual n° 8.933, de 26.01.1989:

Alteração 1.ª - Dá-se ao inciso VI, art. 3° da Lei Estadual n° 8.993/89 idêntica redação à contida no art. 2°, inciso VI do Convênio ICMS n° 66/88, como segue:

"VI - na saída de mercadoria do estabelecimento extrator, produtor ou gerador, para qualquer outro estabelecimento, de idêntica titularidade ou não, localizado na mesma área ou em área contínua ou diversa, destinada a consumo ou a utilização em processo de tratamento ou de industrialização, ainda que as atividades sejam integradas;"

Alteração 2.ª - Dá-se à alínea b, inciso I, art. 34 da Lei Estadual n° 8.933/89 idêntica redação à contida no art. 27, inciso I, alínea b do Convênio ICMS n° 66/88, como segue:

"b) o do estabelecimento em que se realize cada atividade de produção, extração, industrialização ou comercialização, na hipótese de atividades integradas;"

Alteração 3.ª - Acrescentam-se ao art. 34 da Lei Estadual n° 8.933/89 dois novos parágrafos, dos quais o § 8° constitui mera transposição do art. 27, § 3° do Convê-

nio ICMS n° 66/88, como seguem:

"§ 8° Considera-se como estabelecimento autônomo, em relação ao estabelecimento beneficiador, industrial, comercial ou cooperativo, ainda que do mesmo titular, cada local de produção agropecuária ou extrativa vegetal ou mineral, de geração, inclusive de energia, de captura pesqueira, situado na mesma área ou em áreas diversas do referido estabelecimento.

§ 9° - Na hipótese de atividades integradas, havendo pluralidade de domicílios, a participação de cada Município no valor adicionado dar-se-á na proporção da atividade de produção, extração, comercialização ou industrialização realizada em cada Município.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei limita-se a transpor para a Lei Estadual n° 8.933/89 enunciados normativos constantes do Convênio ICMS n° 66/88, cuja força é de lei complementar federal, e a dispor suplementarmente, sobre o critério de partilha do valor adicionado resultante de atividades que, integradamente, se realizem em mais de um Município.

A transposição para a legislação estadual dos enunciados da legislação federal constitui mera sujeição da norma inferior à superior. Sobre esta questão, Norberto Bobbio, após assinalar em sua Teoria do Ordenamento Jurídico que "o Direito não tolera antinomias", propõe como método de superação o critério hierárquico, que "é aquele pelo qual, entre duas normas incompatíveis, prevalece a hierarquicamente superior: *lex superior derogat inferior*".

É assim que as Alterações 1.^a, 2.^a e 3.^a, § 8° do Projeto objetivam transpor para a Lei Estadual n° 8.933/89 a redação dos artigos 2° inciso VI e 27, inciso I, alínea b e § 3° do Convênio n° 66/88.

As aparentes filigranas jurídicas que distinguem os textos adquirem importância na medida em que concernem ao aspecto espacial da hipótese de incidência tributária, isto é, à indicação de circunstâncias de lugar relevante para a configuração do fato impositivo.

Na opinião autorizada de Maria Lúcia Américo dos Reis e José Cassiano Borges, in ICMS ao Alcance de Todos, "exemplos de atividades integradas são as de extração, produção, beneficiamento e distribuição de petróleo e a geração e fornecimento de energia elétrica".

É evidente, pois, que a supressão pela legislação estadual do conceito de ati-

vidades integradas gera distorções de toda a ordem, dentre estas a burla do próprio conceito de estabelecimento.

Como sabe, o conceito de estabelecimento é vital a todo o sistema tributário e, de modo particular, para a correta determinação das coordenadas de lugar das atividades econômicas.

No compêndio Direito Comercial, Rubens Requião desenvolve amplo tratado sobre os elementos de exercício da empresa moderna e oferece subsídios para o esclarecimento da problemática.

"Organizações empresariais existem"- diz o comercialista - "que, pela sua dimensão, atuam com diversos estabelecimentos" e, amparando-se no Código Civil italiano, define estabelecimento como "o complexo dos bens dispostos pelo empresário para a atividade da empresa".

Para o comercialista, estabelecimento é uma universalidade de fato, porque não conceituado em lei, daí socorre-se à legislação estrangeira e ao Projeto de Código Civil Brasileiro, no qual estabelecimento vem conceituado como "um complexo de bens organizados pelo empresário para o exercício da empresa (art. 1.176), podendo ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza (art. 1.177)".

Desta orientação não difere Plácido e Silva, in Vocabulário Jurídico, ao conceituar estabelecimento como "todo o conjunto de instalações e aparelhamentos necessários ao desempenho do negócio, inclusive o próprio edifício em que se instala" ou então notar que o estabelecimento está "compreendido por suas instalações e pela soma de atividades empreendidas".

A Alteração 1.^a, objetiva transpor para a Lei Estadual n° 8.933/89, a redação do artigo 2°, inciso VI, do Convênio ICMS n° 66/88. Por ficção jurídica, enuncia-se o fato gerador como ocorrido em dado momento, no momento da saída física da mercadoria, que nada mais é que o tratamento legislativo do aspecto temporal da hipótese de incidência tributária.

A justificação da Alteração 3.^a, § 9°, e § 10, requer, preliminarmente, a investigação sobre a natureza jurídica e forma de articulação entre fato gerador e valor adicionado.

Fato gerador é expressão legislativa, a um só tempo, da hipótese de incidência tributária e do fato impositivo de que trata a doutrina e valor adicionado é o conceito legal de contribuição econômica à atividade objeto da tributação.

A distinção de natureza jurídica entre fato gerador e valor adicionado está em que o primeiro define os sujeitos, as coordenadas do lugar, os momentos e o objeto

da tributação, enquanto o segundo concerne à determinação dos acréscimos de valor havidos em cada Município no processo-atividade objeto da tributação.

A articulação entre fato gerador e valor adicionado não constitui problema quando as atividades, ainda que integradas, são realizadas em um mesmo Município. Entretanto, quando as atividades se realizam em mais de um Município, surge a questão sobre se haveria, nestes casos, anulação da participação no valor adicionado de Municípios situados em local diverso daquele em que, por ficção legal, se diz ocorre o fato gerador. Dito de outro modo, põe-se a questão sobre se dado Município, ainda que contribuindo para atividade objeto da tributação, poderia ser excluído da participação no valor adicionado.

De notar, preliminarmente, inexistente na legislação qualquer amparo à equívoca interpretação de que o aspecto temporal da hipótese de incidência seria exclusivo e determinante para a identificação dos destinatários das transferências do ICMS.

Ao contrário, tanto a Constituição Federal, em seu artigo 155, inciso XII, alínea d, como a Lei Complementar nº 63/90, art. 3º, parágrafos 1º e 3º autorizam a conclusão de que prevalente para a identificação da participação no valor adicionado é o aspecto espacial da hipótese de incidência tributária, articuladamente com os demais aspectos.

Retorna-se, então, à tese de essencialidade do conceito de estabelecimento, único capaz de fornecer absoluta congruência ao conjunto dos aspectos da hipótese de incidência tributária.

O presente Projeto de Lei incorpora a óbvia noção de que, havendo pluralidade de domicílios de dado estabelecimento, o valor adicionado aproveita a todos os Municípios em que se localiza o estabelecimento na proporção da atividade de produção, extração, comercialização ou industrialização realizada em cada Município.

Sendo matéria federal, o critério de partilha do valor adicionado vem tratado na Lei Complementar nº 63/90 que, de um lado, requer a apuração do valor adicionado em cada Município e, de outro, só enuncia fórmula para a solução da hipótese em que todas as atividades se realizam num único e mesmo Município.

Em face da lacuna da legislação federal, está-se diante do poder-dever de o Estado legislar suplementarmente para atender as suas peculiaridades, na forma prevista no artigo 24, inciso I e parágrafos da Constituição Federal.

Com critério geral, adotou-se no Projeto solução consistente em assegurar participação no valor adicionado proporcional à atividade de produção, extração, indus-

trialização ou comercialização realizada em cada Município.

Sobre a transposição do princípio da autonomia dos estabelecimentos, através da Alteração 3ª, § 8º, Maria Lúcia Américo dos Reis e José Cassiano Borges, op. citada, observam que o objetivo do legislador consistiu em "impedir a integração vertical das empresas e as tentativas de condensação do ciclo econômico, pois resultam na criação de cartéis, reduzem a circulação de riquezas e representam perda para a arrecadação fiscal".

PROJETO DE LEI Nº 387/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Proprietários, Amigos e Moradores do Distrito Colônia Lamenha Grande - ALGRA, com sede à Rua Mateus Leme, 427, em Lamenha Grande, Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da Associação, ALGRA, é congregar os moradores e amigos que venham a integrar a associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos; desenvolver e melhorar as condições de vida dos moradores e da localidade; representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, os interesses gerais dos moradores e amigos desta Associação ou os interesses individuais; serviços de assistência e cooperativos; manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

PROJETO DE LEI Nº 388/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, com sede no Município de Santa Helena - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

PROJETO DE LEI Nº 389/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública

Estadual a COLÔNIA DE PESCADORES NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, com sede no Município de Santa Helena, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 380/93

D E C R E T A:

Artigo Único - O inciso III, do Art. 10, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as alterações dadas pelas Leis Complementares Nº 19, de 29 de dezembro de 1983 e nº 69, de 14 de julho de 1993, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 10 -

I -

II -

III - químicos legais;"

Sala das Sessões, em 09.08.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva, tão somente, a correção terminológica do inciso III, do Art. 10, da Lei Complementar em tela, readequando-a aos termos necessários. Tendo vindo a mensagem a esta Casa com o emprego da expressão "perito legal", assim foi aprovada, tendo-se verificado posteriormente a existência de equívoco, uma vez que não existe tal cargo na estrutura da Polícia Civil, e sim o cargo de "químico legal".

Estes os motivos que nos levam a apresentar este projeto, para o qual solicitamos a aprovação dos Senhores Deputados, possibilitando a correção necessária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores no Pequeno e nem no Grande Expediente, no Horário das Lideranças.

PSDB. Declina.

BPI. Declina.

PTB. Declina.

PFL. Declina.

PP. Declina.

PL. Declina.

PT. Deputado Ovídio Constantino com a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero usar o horário da Liderança do nosso Partido hoje para chamar a atenção aos Senhores Deputados, ou melhor convidar os Senhores Deputados, porque no final da nossa Sessão de hoje haverá aqui uma exposição de sindicalistas trabalhadores rurais que querem expor a esta Casa de Leis, a esta Assem-

bléia Legislativa, ao Poder Legislativo do Paraná a realidade dos pequenos agricultores do Paraná e ao mesmo tempo apresentar um Projeto que está sendo encaminhado às autoridades, solicito às autoridades do Paraná e também do País, para socorrer os pequenos agricultores do nosso Estado e também principalmente dos Estados do Sul do Brasil.

A situação do nosso País é lamentável ter que relembrar o que ocorre e a realidade em que estamos passando. Tanto dinheiro público jogado fora, como se vê reportagens de vez em quando nos meios de comunicação de dinheiro público mal utilizado em construções inacabadas, em obras inacabadas, e além disso obras faraônicas que não trazem nenhum resultado a quem realmente precisa de apoio dos Poderes Públicos nesse País. Enquanto trinta e dois milhões de brasileiros passam fome e miséria, são mendigos; nós assistimos toneladas e toneladas de alimentos sendo jogado fora por má gerência do Poder Público, enquanto milhões de brasileiros passam fome ou morrem de fome nesse País. Os problemas sociais se agravam, a cada vez mais a concentração de rendas, a falta de alimentos, a importação de alimentos da cesta básica; enquanto os nossos pequenos agricultores estão sendo expulsos do campo, sendo jogados nas periferias das cidades, nas favelas, a fazerem parte desse exército de famintos, de marginalizados da sociedade.

É necessário que o Poder Público se preocupe muito mais com a agricultura, com a produção do País do que com os problemas sociais urbanos, porque se preocupando e resolvendo o problema de êxodo rural, ou estancando para que os produtores tenham realmente condições de permanecerem no campo produzindo, tendo lucros e tendo sobrevivência para sua família, além disso produzindo alimentos para a produção brasileira, muitos problemas sociais urbanos nós estaremos resolvendo, deixando de engrossar as fileiras de desempregados, e de miseráveis e favelados nas grandes cidades, nos grandes centros do País porque não no nosso Estado do Paraná. Portanto, soluções para a nossa crise existem. Nós assistimos e vimos hoje todo mundo reclamando, todos os setores sociais, todos os setores econômicos reclamam das dificuldades. Até os grandes empresários, os banqueiros choram, então, o que deveríamos dizer ou imaginar do pequeno agricultor que não tem nenhuma condição de reinvestir e de fazer da sua propriedade uma propriedade produtiva e que ele tenha condições, realmente, de permanecer e fazer da sua propriedade um meio de produção e de sobrevivência. Há um desafio principalmente no Paraná, Senhores Deputados, com re-

lação aos pequenos produtores quando nós estamos em vias da implantação do Mercosul e haveremos que competir com os países sul-americanos na produção, e, principalmente, nas áreas limites dos dois Países como: Argentina, Paraguai e Uruguai - o nosso País e o Estado do Paraná também, especificamente, na região de fronteira, com pequenas propriedades, e em não se preocupar com isto como uma saída para os pequenos produtores, o Mercosul estará - sem dúvida, contribuindo para o êxodo rural no nosso Estado e a diminuição de produtividade inclusive e a competitividade com os países não teremos nenhuma condição de praticar isso.

É necessário recuperar, depois de muitos anos a agricultura do Paraná no País está sendo abandonada. É necessário criar condições para que os pequenos agricultores, pequenos e médios mini-produtores possam se recuperar e com isso permanecer nas suas propriedades. Para isso é preciso que a propriedade consiga aumentar a sua produtividade, é preciso que ela tenha condição de competitividade e é preciso que ela tenha condição de se reequipar, de se reestruturar com mais produção, com bens também para se recompor as terras com adubação e, para isto, ajudar os pequenos agricultores, pois se os grandes choram, reclamam dos custos da produção o que dizer dos pequenos agricultores que são os que menos têm acesso até às informações para que eles possam competir ou para ficar uma agricultura de subsistência e que realmente possam sobreviver.

Por isso eu queria convidar especialmente os Senhores Deputados para que no final desta Sessão, permaneçam neste Plenário onde um representante de um grupo de sindicalistas fará aqui uma exposição de um projeto, de um projeto de crédito de investimento que está sendo apresentado à Secretaria da Agricultura do Paraná, ao Governo do Estado e também aos órgãos federais para que um projeto de crédito de investimento subsidiado para as pequenas propriedades seja colocado em prática no nosso Estado e possa se viabilizar, com investimento às pequenas propriedades e que elas possam produzir alimento para o povo do Estado do Paraná e do nosso País.

O SR. NEREU MOURA - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ovídio Constantino, de fato V.Exa. traz a esta Casa um assunto extremamente preocupante que deve merecer de todos nós e de toda a sociedade civil organizada a atenção que este assunto merece. Nós que somos da mesma região de V.Exa., encontramos, na agricultura, o ponto nevrálgico do Mercosul. De fato se o

Governo Federal, se as autoridades públicas não tomarem posições firmes, no sentido de fortalecer sobretudo a pequena e a média propriedade, haverá um acentuado êxodo rural muito mais forte do que hoje ocorre na nossa Região e no Brasil de um modo geral. Por isso quero cumprimentar V.Exa. pela importância do convite que nos está fazendo e também pelo alerta que nos está fazendo para que todos os Deputados se preocupem e considerem este fato agravante que é a implantação do Mercosul, com as dificuldades que isto trará para a agricultura do Sudoeste, do Oeste do Paraná e do Paraná de um modo geral, fazendo com que os pequenos e os médios tão sofridos não encontrem respaldo do governo e acabem tendo que se desfazerem de suas propriedades, vindo engrossar os vilões de pobreza que existem nas grandes cidades.

Meus cumprimentos, Deputado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço ao Deputado Nereu Moura pela contribuição que dá ao nosso pronunciamento.

Srs. Deputados, os agricultores estarão chegando amanhã de diversos municípios do Estado do Paraná para, no centro de Curitiba, na Praça da "Boca Maldita", fazer a divulgação deste Projeto que será colocado neste Plenário depois desta Sessão para que a Assembléia tome conhecimento e que possa o Poder Legislativo do Paraná contribuir para que os pequenos e médios agricultores tenham realmente condições de enfrentar os problemas que aparecem ao Paraná e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário de Liderança do PDT com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na semana passada ficamos bastante preocupados e atentos assim como ficou a imprensa do Paraná, assim como ficou esta Casa quando naquela oportunidade o Deputado Dr. Rosinha dizia a respeito do funcionário fantasma que seria o ex-Prefeito Jaime Lerner. Isto nos deixou preocupados. Por quê? Porque com certeza não será com o nosso apoio que se criarão funcionários fantasmas e nem daremos apoio à criação e existência de funcionários fantasmas, principalmente quando se tem aqui atingida a Prefeitura de Curitiba pelo seu porte, pela sua forma de atuação. Com certeza o ex-Prefeito vai ser alvo, como vem sendo, dessas tentativas de intrigas que se jogam na imprensa do Paraná num momento colocando que o ex-Prefeito estaria saindo do PDT e noutro momento dizendo que teriam fatos envolvendo o PDT e o descontentamento do ex-Prefeito. O que nós deixamos bastante claro, e também o ex-Prefeito a res-

peito desta questão é que há de fato uma preocupação a respeito da projeção do nome de Jaime Lerner. E muito bem colocou aqui, de fato o Decreto 528 existiu. E citou também o Deputado Rosinha que estranhava muito o fato daquele decreto não ter sido publicado no Diário Oficial do Município. Nós procuramos saber a verdade desses fatos. Temos aqui e deixaremos arquivado na Casa a resposta a esta preocupação que, de fato, tem que acontecer. Nós denunciaremos aqui o caso do baiano da foice que foi contratado pelo Governo do Paraná através da Casa Civil. E no momento em que você condena estas posturas, Sr. Presidente, obviamente tem-se que condená-las também a nível de Partido.

Vamos deixar registrado aqui na Casa aquilo que a imprensa do Paraná já divulgou e queremos ir um pouco mais além dizendo não só ao Deputado Rosinha como aos demais Deputados da Casa e à imprensa do Paraná e já levamos ao seu conhecimento que a informação ficou pela metade. Por que ficou pela metade?

Porque, primeiro, a não publicação em Diário Oficial deste decreto, porque de fato isto não se efetivou. O ex-Prefeito Jaime Lerner, funcionário da Prefeitura desde 65, cumpria, conforme consta desta informação que pedimos, cumpria férias regulares, retornando de suas férias e estando à disposição da Secretaria do Meio Ambiente este dinheiro que foi depositado ao ex-Prefeito Jaime Lerner, foi estornado à Prefeitura, através, queremos dar o número para que se verifique a verdade, ela aqui não está sendo posta, encerrada as férias o ex-Prefeito conversou com a atual administração manifestando o desejo de ser colocado simplesmente à disposição da Universidade do Meio Ambiente, sem qualquer ônus para o Município de Curitiba.

Mais adiante, no mesmo mês publicou-se Portaria de nº 1754, conforme Diário Oficial nº 45 do Município, colocando-se o urbanista e ex-Prefeito à disposição da Universidade do Meio Ambiente.

Uma outra questão que também queremos deixar registrada na Casa, na sequência imediata os valores creditados ao funcionário Jaime Lerner, nos seus meses de férias, foram estornados de seus vencimentos conforme a Guia nº..., para que se anote e se verifiquem os fatos, foram estornados através da guia nº 343189 da Prefeitura de Curitiba no mês de junho seguinte.

De fato o decreto 538 não tem validade. Primeiro, Jaime Lerner não exerceu em momento algum esta função e nem foi pago por esta função. Os cofres municipais deste ano em nada remuneraram indevidamente o funcionário Jaime Lerner, funcionário de carreira deste Município.

Estas verdades precisam ser colocadas

bastante claras e sem nenhum receio de questionamento. É questionando que se traz à luz a verdade. E naquela oportunidade o Deputado Rosinha dizia que de fato os funcionários do Município estão ganhando mal devido a este tipo de coisa. E queremos até contestar. Temos conhecimento de que os funcionários do Município não estão ganhando bem. Mas o Município tem, pelo menos, tentado dar uma política de reposição mensalmente. Hoje isto não está acontecendo a nível de Governo do Estado. Enquanto a Prefeitura de Curitiba propôs 70% para seus funcionários, o Governo do Estado dá 45, com valor de 50%, conforme ele diz, em duas parcelas a perder de prazo.

Estamos assistindo os funcionários desta Casa, os funcionários públicos do Estado do Paraná em situação de penúria. Tem funcionário da Assembléia Legislativa hoje, e esta Casa precisa fazer alguma coisa, tem funcionário desta Casa que não estão podendo vir trabalhar porque não têm como comprar vale-transporte, pelo miserável salário que ganham. E isto está sendo posto freqüentemente. Isto está sendo posto freqüentemente, quando foi cobrado pela imprensa que os funcionários públicos não tinham data-base e a Assembléia não se manifestava; isto não pode conferir com a verdade, porque diversas manifestações já foram feitas desta tribuna cobrando não só a execução da política em data-base dos funcionários públicos, mas uma política de respeito, uma política que dê de fato condições de vida aos servidores.

Estamos assistindo a cada canto, nos corredores da Assembléia Legislativa, Poder que deveria defender o interesse do povo, da classe trabalhadora, funcionários eternamente pedindo pelo amor de Deus que algum Deputado lhe dê alguma ajuda para poder comprar o vale-transporte para seu trabalho do dia-a-dia. E nada está se fazendo...

A mesma coisa está acontecendo a nível de funcionalismo público e, tenho certeza, que aqueles Deputados que vão para o Interior e dão acesso ao povo, dão acesso ao funcionário público vem sendo freqüentemente cobrados por servidores. E eu quero ir um pouco mais além nessa questão de que se a prefeitura não pagou um salário mais digno e nós estamos vendo freqüentemente manifestações e acho até, já cobrei nesta tribuna, que as manifestações não podem ser apenas a nível de Curitiba. Tem que ser a nível de Governo do Paraná e todas as prefeituras que porventura haja algumas irregularidades.

Mas a gente fica também bastante perplexo e bastante preocupado quando vê publicado na Folha de São Paulo do domingo 1º de agosto de 93, e isto aqui que a gente quer deixar registrado Deputado Ernani

porque acho que é a preocupação que temos que ter se não nós vamos fazer como o PMDB, vamos ter o discurso para se chegar ao poder e vamos ter uma prática totalmente diferente no poder. E nesta Folha de São Paulo do dia 1º de agosto que eles estampam em letras garrafais dizendo que Prefeituras do PT não pagam reajuste mensal e citam os exemplos aqui, não vamos falar apenas de Prefeituras do Ceará. Vamos falar das prefeituras que têm importância até maiores do que a Prefeitura de Curitiba como é o caso de Porto Alegre e Santos, onde prefeitos alegam falta de verbas para reposição integral da inflação. Então, nós estamos assistindo e uma prática. E esta denúncia que a Folha traz neste momento nos deixa bastante preocupado por que é um projeto que tramita no Congresso Nacional de política salarial e da reposição em 100% a cada mês não é do PDT, não é do PMDB, é do PT. E no momento em que essas prefeituras também se colocam contrárias dizendo desta dificuldade que terá na aplicação desta política do projeto do Deputado Paulo Paim nos cria uma certa apreensão por quê?

Porque vai acontecer o que aconteceu com o PMDB, na época do MDB quando disputava com a Arena a questão do Poder. Chegou o MDB totalmente substituído ao poder, inchado de Arenas e tantos outros mais.

Então, esta instabilidade que existe hoje a nível de partidos políticos e esta preocupação que se tem quando chega ao poder de fazer a política contrária ao seu discurso com certeza vai fazer com que o trabalhador cada vez mais desconfie da classe política que elegeu. Então, esta preocupação também que a gente vê estampada no jornal Folha de São Paulo a respeito dessa política que também algumas prefeituras do Partido dos Trabalhadores não querem aceitar leva a falta de credibilidade num homem político. Ele é bom de discurso, é bom de pedir voto, mas quando chega ao poder as dificuldades existem.

Por pior que seja a política salarial que está se fazendo hoje no Município de Curitiba e que tem sido sempre uma referência das oposições, aqui está se dando a inflação ou mais que a inflação e que não resolve o problema do trabalhador, porque o trabalhador não precisa de migalhas, não precisa também de alguém que tenha compaixão do seu trabalho. Mas que reconheça e valorize seu trabalho. E nós temos certeza que esta é a preocupação que nós temos neste instante. Nós temos que ter uma linha coerente senão amanhã também estará o nosso partido no poder, nós estaremos fazendo hoje esse discurso e com certeza teremos que defender a política do PMDB hoje em relação aos salários. Não existe uma política de salários; não existe uma política

de pessoal no próprio Governo do Estado que pediu a esta Assembléia que aprovasse a Lei da Isonomia. Lamentavelmente, não se implantou. Esta Assembléia autorizou o Governo do Estado a reajustar até o índice da inflação, está aí a palhaçada mais uma vez; está o trabalhador perdendo e enquanto esta Casa não tiver coerência através destes gestos temos certeza não chegaremos a lugar nenhum.

Concedo o aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - (Aparte) - Eu agradeço o aparte de V.Exa. nobre Deputado Paulo Maia, mas nós estávamos falando sobre a nomeação de Jaime Lerner no cargo de assessoria muito bem remunerado e, data vênica as explicações de V.Exa. explicou mas não convenceu; em segundo lugar, V.Exa. sabe que a política salarial quando se trata de funcionário público ela está diretamente vinculada à capacidade de pagamento e a receita dos órgãos públicos, nós sabemos aqui e o PT nunca defendeu política diferente, até aqui no Estado do Paraná nós defendemos a política salarial, apresentamos uma emenda, mas esta emenda assegurava, também, que os pagamentos não poderiam comprometer a capacidade de pagamento do Estado, esta tem sido a postura coerente, mas do que isso, os municípios, o Estado e a União devem desenvolver um esforço de arrecadação, um esforço de combate à sonegação, de reforma fiscal, para que possam ter a capacidade de pagamento de um salário justo aos funcionários, e esse esforço, as Prefeituras do PT, sem exceção, no Brasil inteiro, tem feito. E isso implica, inclusive, numa política de racionalização dos gastos públicos, numa política de moralização, numa política de reforma tributária. As políticas salariais para o funcionalismo público são um exemplo que o PT traz para o Brasil, agora, as Prefeituras do PT não são uma ilha de prosperidade num País em crise, para que nós possamos, também, aplicar reajustes integrais, a economia deve voltar a crescer, deve haver aumento na arrecadação, e isso, inclusive, será possível quando for votado o reajuste integral de salários, quando o povo trabalhador terá poder de compra assegurado, e com isso haverá uma recuperação, também, nas receitas do Estado, dos municípios e da própria União. Então o PT sempre vinculou uma coisa com a outra, acredito que a condição do PT tem sido coerente, agora, é inegável que a Prefeitura de Curitiba depois das eleições mudou sua política salarial e aplicou arrochos sem precedentes na história desse município. A política, hoje, do Prefeito Rafael Greca não é uma política nem de longe, igual a do Prefeito anterior. Isso

por quê? Porque houve um esforço pré-eleitoral no sentido de satisfazer os funcionários, fazer obras, nesse município, e agora está havendo a necessidade de contenção dos gastos públicos, essas questões nós sabemos como funciona.

Eu quero só dizer a V.Exa. Deputado Paulo Maia, que realmente é difícil acreditar que o Prefeito Rafael Greca teria nomeado o ex-Prefeito Jaime Lerner sem o conhecimento deste, com salários depositados na conta, e depois que o público fica sabendo desta situação se procura cancelar, anular tudo isso, devolver o dinheiro. Essa história, com a devida vênia, não está bem explicada, acho que ela merece dados bem mais convincentes do que aqueles apresentados por V.Exa.

Muito obrigado!

O SR. PAULO MAIA - Eu uso o Horário do PTB concedido pelo nobre Deputado Erondy Silvério, a quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A Mesa delibera favoravelmente, e lhe dá cinco minutos já que V.Exa. já usou três além do tempo.

O SR. PAULO MAIA - Deputado Ernani Pudell, no momento que eu vim à Tribuna não vim para convencer ninguém. Agora, esse discurso de que o PT mantém a sua política de 65%, os homens que estiveram no Poder que não os do PT também fazem o mesmo discurso, porque geralmente não existe, nunca, no orçamento, os 65% para pagar o funcionalismo, e quando sai um Governo, seja o município ou do Estado, aí aquele Governo, o outro acusa, de que jamais no Governo anterior chegou a 65%. Então é um discurso que não convence a teoria e a prática. E quando eu trouxe o episódio aqui do Prefeito Jaime Lerner para esclarecer, esse número de recibo que passei ao conhecimento de V.Exa. e os Deputados do Paraná nesta Casa é bem anterior à denúncia feita pelo Deputado Florisvaldo Fier. E eu em momento algum quero massagear a verdade para encobrir o Jaime ou encobrir quem quer que seja, porque no momento que houver esse tipo de postura, nós estaremos aqui defendendo a nossa prática, sim.

Agora, não podemos concordar, em hipótese alguma, com esta colocação de que a moralidade do serviço público faz com que não se extrapole os 65% do orçamento da União ou dos Estados e Municípios previsto para o pagamento de pessoal. É isto que os empresários estão dizendo, é isto que os administradores estão dizendo. E, desta forma, tem-se dinheiro para publicidades, comícios-relâmpago, os mais absurdos possíveis e em cima das costas dos funcionários é que se tira o couro para se fazer

esse tipo de colocação, esse tipo de postura de Governo.

Para o funcionário nunca existe dinheiro. Paga-se uma miséria, não se cria política salarial em nome da moralidade, em nome dos 65% destinados como orçamento para o investimento em funcionário público. Desta forma, cobra-se da empresa privada o cumprimento da lei, mas não se cobra da iniciativa pública, porque tem a moralidade dos 65%; só que o funcionário público está aí passando fome, passando necessidade. E quando a gente vê esta postura, eu não estou condenando, eu estou fazendo uma alusão à preocupação que a sociedade vai ter. Porque amanhã o PT no poder vai ser exemplo do que se está fazendo, vai continuar aquela mesma prática. Primeiro, não se chama os sindicatos para discutir, não se mostra a verdade aos servidores públicos, não se mostra como está a situação do Estado, mas se joga uma versão que o patrão quer, que o Governo quer, para tentar jogar com a opinião pública em nome da moralidade e matar o funcionário público sempre de fome.

Se a administração vai bem, vai bem porque o funcionário está ganhando bem e é graças ao seu serviço, e esta preocupação a gente está tendo. Por que nós estamos tendo? Porque a sucessão está aí acontecendo a cada dia e nós não podemos fazer com que o povo descredite, ainda mais, da classe política.

Volto a frisar que estou trazendo aqui o número do recibo que vem e, na oportunidade, o Deputado Florisvaldo Fier não trouxe ao conhecimento do Plenário o número da devolução. Através de recibo, nós estamos vendo, dando, e pedindo à Casa para que confira, porque senão, fica apenas a postura de um lado sem a contestação do outro e prevalece, obviamente, a verdade de um sobre o que diz o outro. Então, esta realidade tem que ser posta, esta realidade tem que ser dita.

As dificuldades que vivem as Prefeituras do PT, não são diferentes das dificuldades que vivem as Prefeituras do PDT e outros partidos mais. Agora, nós não podemos, em hipótese alguma, matar o funcionário público, em cima dos 65%, de fome; não podemos matar o funcionário público de fome quando se vê o Governo jogando fora o alimento e, depois, cria uma forma de enganar ao servidor criando uma campanha assistencialista.

Então, eu creio que a nossa preocupação aqui dentro da Casa tem que ser nesse sentido. Por que isso? Porque a Assembléia tem feito muito pouco ou quase nada em relação, inclusive, dos seus próprios servidores. Ela, que deveria ser o exemplo para o Paraná como um todo, não está sendo exemplo. E quando se fala nessa política

de manifestação, eu participei de todas elas, acho mais do que justa. Devem os sindicatos manifestar o seu descontentamento, devem denunciar as administrações, seja, elas do PT, do PDT, do PMDB, que não falem e não trazem a verdade para os trabalhadores.

Esta verdade tem que se posta, porque eu creio que por aí nós estaremos moralizando a coisa pública, senão não haverá razão para se ter a câmara, as Assembléias Legislativas, a Câmara Federal. Porque se não for assim, não chegaremos a lugar nenhum, não daremos respostas ao povo; nós estaremos fazendo apenas número; nós iremos dar um tapinha nas costas para conseguir votos. E aqui dentro, poucos têm coragem de se manifestar sobre essa realidade. Com medo de quê? De não voltar ou de perder o voto? Acho que o processo não é por aí e desta forma não corrigiremos nada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Bona Turra do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na quinta-feira última, dia 05, por ordem do Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, a Guarda Municipal arbitrariamente promoveu a prisão do advogado, ex-Secretário Municipal do Desenvolvimento Social, Presidente do Departamento Estadual Trabalhista do PMDB, que ao lado de outros militantes do Movimento Popular e Social de Curitiba fazia panfletagem convocatória de ato público que se realizará amanhã contra a majoração abusiva das tarifas do transporte coletivo da Capital do Estado.

A Guarda Municipal por ordem do Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, promoveu a prisão e levou para o interior do pátio municipal o advogado Wilson Teixeira, algemou-o, promoveu espancamentos a pretexto de manter a ordem pública e os interesses do Município de Curitiba.

Fenômeno semelhante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, já se havia verificado quando da mobilização dos servidores públicos municipais contra a política salarial da Prefeitura de Curitiba. Da tribuna denunciávamos a ação truculenta da Guarda Municipal contra servidores públicos do Município de Curitiba, semana passada contra a militância do Movimento Popular e do PMDB da capital do Estado, que se opõe aos aumentos abusivos das tarifas do transporte coletivo, que se opõe a política de conciliação que desenvolve a administração municipal com os empresários atuantes no ramo de transportes.

A Guarda Municipal constitucionalizada

hoje por força de dispositivo da Constituição Federal de 88, foi criada na gestão municipal do então Prefeito Roberto Requião. O PMDB concluiu a sua gestão à frente da Cidade de Curitiba com cerca de 140 homens integrantes da Guarda Municipal, cuja finalidade institucional é a de garantir a segurança físico predial da estrutura da administração do Município de Curitiba, a segurança das praças e vias públicas.

Segundo notícias que recebi neste final de semana de oficiais da Polícia Militar, a Guarda Municipal da Cidade de Curitiba, a Guarda Municipal do Município de Curitiba dos originários 140 homens dispõe hoje de quase 2.400 homens. Informação que deve ser conferida, porque se verdadeira significa a construção de um novo aparelho que agora ao invés de promover a segurança dos interesses públicos promove apenas a repressão dos movimentos populares. De 140 homens para 2.400 homens.

Fui informado também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná que a Guarda Municipal de suas funções originais, desviou-se para novas funções e vêm hoje também promovendo o atendimento a ocorrências, inclusive Senhor Presidente, interceptando as chamadas da população a Polícia Militar do Estado do Paraná e chegando ou no ato, ou um pouco antes, ou logo após as chamadas que são feitas a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Esta também, se verdadeira, e são as informações que tive de membros do oficialato da Polícia Militar do Estado do Paraná, deve merecer a necessária apuração pelos órgãos do Estado e também por esta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, há muito que a Capital paranaense vem pagando a conta das experiências urbanas do ex-Prefeito eleito.

(Passa a ler, xerox em anexo).

Canto de Sereia

Há muito que a Capital paranaense vem pagando a conta das experiências urbanas do ex-Prefeito eleito (uma vez) e ex-Prefeito nomeado pela ditadura (duas vezes) Jaime Lerner.

A receita do experimentalismo lernista é relativamente simples. Em primeiro lugar, toma-se uma necessidade social objetiva, como emprego, habitação, transporte, lazer, etc. Formula-se, então, com o anúncio de sua definitiva solução, um discurso extremamente criativo e melodioso de respeito a sólidos valores humanistas, para geral encanto das massas de desinformados e desavisados; e arma-se aí uma jogada em favor do grande capital, mantendo sempre no ar a melodia da criatividade, da solução mais simples, mediante pesados inves-

timentos (públicos, é claro) em mídia e marketing.

Imaginavam alguns observadores que a gestão 89-92, nascidas nas urnas de 88 (com a escandalosa colaboração da Justiça Eleitoral, que permitiu a renúncia em massa de candidatos "laranjas" e a indicação de uma nova candidatura, de coligação, a doze dias do pleito!) imaginavam que representaria uma reciclagem nos estilos administrativos do Senhor Lerner.

Ilusão. O prefeito revelou-se idêntico ao delegado do regime. Começou por desmantelar o austero sistema de gestão do transporte coletivo construído nas gestões populares de 83 a 88, fazendo tábula rasa dos mecanismos de capitalização social, que vinham resultando já numa Frota Pública formada por 88 veículos articulados de última geração. E, como sempre, como em plena ditadura, soltou as rédeas para as voracíssimas empresas operadoras do transporte coletivo da Capital, saciadas com uma das mais altas tarifas do Brasil. Empresas que, conforme denúncia publicada na edição regional da revista "Veja" trazem no bolso a maioria da Câmara de Vereadores de Curitiba.

O novo golpe lernista veio acompanhado por uma criativa inovação chamada "Ligeirinho". Em contraste, porém, com o sistema de Ônibus Expressos, que se baseia na boa idéia de fazer circular por canaletas exclusivas os pesados veículos de transporte de massa, Lerner cometeu a gafe de lançá-los na malha viária comum, em coexistência nada pacífica com veículos de passeio, ciclistas e pedestres. O perigo é agravado pela virtual licença para pisar fundo no acelerador. As críticas dirigidas ao monstinho de laboratório, como sempre, foram soterradas por mensagens publicitárias, veiculadas até mesmo na mídia internacional.

Da Cidade Industrial, enclave de multinacionais que exploram mão-de-obra a preço vil, ao planejamento linear, que propiciou a grandes incorporadoras a aquisição, na baixa, de extensas áreas ao longo das vias estruturais; do bom programa "Lixo que não é lixo", reduzido a um ilusório jogo de imagens, aos esquisitos murais étnicos que desfiguram a paisagem da cidade; da fobia às licitações, da tarifa astronômica, da taxaço implacável, ao afrouxamento das normas técnicas municipais em favor de cupinchas e comparsas; o lernismo continua fiel apenas a si mesmo e aos seus aliados plutocráticos. Pobre do povo pobre da Capital, que comprou este "peixe".

Luiz Henrique Bona Turra

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de saber qual é o

tempo do Horário de Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sete minutos e trinta segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Já estamos com sete e quarenta e sete, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa confere ao orador que está na tribuna, um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Parece-me que o Deputado Bona Turra já trouxe o discurso de encomenda do Palácio, porque está tocando num assunto que o Deputado Paulo Maia acabou de já esclarecer na Tribuna da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a "Questão de Ordem" de Vossa Excelência. Vossa Excelência deveria se manifestar num aparte.

Palavra com o Deputado Bona Turra para as conclusões.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - A encomenda consta de jornal de minha autoria, denominado "Notícias do Deputado Luiz Henrique Bona Turra". Portanto, não é de encomenda e saiu das oficinas gráficas da Assembléia Legislativa há já mais de quinze dias.

Mas concluo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, requerendo à Mesa que faça constar o inteiro teor desse artigo que fizemos publicar em nosso jornal, em nosso boletim noticioso, denominado "Canto de Sereia", bem como para além da denúncia e do repúdio à violência perpetrada contra o Presidente do Departamento Trabalhista do PMDB - advogado Wilson Teixeira, adentrar uma nova denúncia. No dia 13 de julho último, à noite, em jantar em Santa Felicidade, no mesmo restaurante em que me encontrava com um grupo de correligionários do PMDB, lá estavam - e aqui fica a questão ao Parlamento paranaense - reunidos o Vereador Geraldo Yamada, também o administrador público Cássio Tanigushi, o empresário de transporte coletivo Carlos Simões e um outro Vereador da colônia nipônica nesta Capital.

Dois Vereadores e um empresário de transporte coletivo e um administrador responsável pelo planejamento na área estratégica do transporte coletivo em nossa Capital. Violência, conchavos e conluio: esta a política do PDT - que não é o PDT de Brizola - no Município de Curitiba.

É o registro que quero fazer, Senhor Presidente: é o repúdio à violência praticada contra notório militante do PMDB do

O SR. PAULO MAIA (*Pela Ordem*) - Apenas para registrar ao Deputado Bona Turra que em nome do PDT falamos nós, e não a farsa do Ferreirinha e companhia limitada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 131/93, subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a esta Presidência para que seja aberto espaço no final da presente Sessão a fim de debates sobre os agricultores paranaenses no sentido de contribuição para uma solução. Defiro, após a Sessão Plenária.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n° de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PAULO MAIA (*Pela Ordem*) - Só registrando que neste caso já existe uma lei, inclusive da nossa iniciativa, dizendo da proibição da comercialização da venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias.

Inclusive já para registrar também no item 9 da pauta de hoje no Projeto do Deputado Domingos Carvalho também cita, novamente, a proibição da venda e comercialização de bebidas alcoólicas. O que fica também prejudicado porque já existe lei neste sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, após devidamente apoiada pelo Plenário, fará os devidos levantamentos e se já houver lei que contemple o que solicita o Deputado Annibelli, evidentemente que a mesma C.C.J. tomará as providências legais.

Está apoiado o Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 276/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba - APVTEC, Com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Em votação.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (*Para Encaminhar*)

- Queremos encaminhar e declarar o voto contrário da Bancada do PT a esse projeto de lei, porque no nosso entendimento. Sr. Presidente e Srs. Deputados, o objetivo de declaração de uma entidade de utilidade pública é a necessidade de auxílio da própria sociedade, do Poder Público, é uma entidade que tenha carência de auxílio inclusive de recursos públicos.

Entendendo que a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba não tem essa característica, nós entendemos que não deverá ser declarada de Utilidade Pública e registramos voto contrário do PT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O autor do projeto não se encontra em plenário, gostaríamos até então de ter a possibilidade, já que está em processo de votação, da sua retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, diante das dúvidas e da ausência em plenário do Deputado Luiz Carlos Martins, transfere a votação para a sessão de amanhã.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 310/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção a Maternidade e à Infância de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 311/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti.

Declara de Utilidade Pública a Associação Dignidade Grupo de Conscientização e Emancipação Homossexual - AD, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 317/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Morretes-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 318/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a Fundação Instituto Tecnológico Industrial - FITI, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Em votação.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Com relação a este projeto e ao item n° 7 da pauta, o Projeto de Lei 338, na primeira discussão destes dois projetos que ocorreu na última quinta-feira, a nossa avaliação é que estes dois projetos estão ainda em diligência.

Não temos nada contra e provavelmente, sem dúvidas, votaremos favorável à aprovação da declaração de utilidade pública das duas entidades, mas no parecer do Deputado Arlindo Troian, Relator da Comissão de Justiça, ele diz o seguinte: "Opinamos para que o mesmo seja convertido em diligência para que seja cumprido o que determina a Lei 6994/78 de 10 de janeiro de 78, em seu artigo 1°, item quarto. Que há falta de anexação ao projeto de lei de um relatório de atividades da referida entidade".

Então queremos consultar a Mesa se já houve esta diligência, se o projeto está liberado pela Comissão de Justiça para votação.

No nosso entendimento, o parecer aqui está dizendo que ele estaria disponível para tramitar em plenário só após a complementação deste relatório a que se refere a lei de declaração de utilidade pública.

Este projeto que acabamos de votar, como também do outro, gostaria de informação da Mesa de como é que está sendo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa comunica ao Deputado Ovídio Constantino que, com relação ao Projeto de Lei 318/93, tanto o relatório como os demais documentos solicitados, foram anexados e o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - O devido relatório não consta na pauta, por isto

nosso questionamento.

Portanto, se o projeto está correto, estamos esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Certo. Está devidamente anexado e V.Exa. poderá consultá-lo.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei 318/93. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 336/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento e Apoio Social à Família, com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Da mesma forma respondendo ao Deputado Ovídio Constantino quanto ao Projeto de Lei 338/93, a diligência solicitada foi atendida e os documentos encontram-se anexados ao projeto de lei.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 338/93, de autoria do Deputado Renato Adur. Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sol, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 398/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.E.. (Publ. no D.A. n° 112/91, de 10.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Sr. Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo instituir pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus, no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável,

opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

O plano de lei, institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Logrou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quaisquer óbices, constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 10.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

Após minucioso exame quanto a análise constitucional, regimental e legal do Projeto em epígrafe, temos a informar que nada opomos quanto a lograr parecer favorável, ao assunto supracitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 398/91, ora sendo examinado por este relator, institui o pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus, no transporte Coletivo das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná.

Como resultado de minucioso exame por parte deste relator, verificou-se a não existência de impedimento algum que pudessem impedir a sua aprovação por esta Casa de Leis, razão pela qual emito o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, para que seja encaminhado à

Curitiba, segunda, em 09.08.93

C.O.P.T.C., a fim de que seja baixado em diligência junto a Secretaria de Estado dos Transportes. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 398/91.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 424/91, de autoria dos Deputados Domingos Faustino de Carvalho e outros. Obriga os restaurantes de médio e grande porte a ter a supervisão de um nutricionista; que cria a carteira de saúde para os motoristas profissionais; que proíbe a venda de bebidas alcóolicas nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S., e C.S.P.. Substitutivo Geral da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 117/91, de 18.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 424/91

VOTO EM SEPARADO

Divergindo, inicialmente, da opinião do eminente Relator da presente matéria, por entendermos que tal supervisão, prevista no Art. 1°, deverá ser feita por servidores públicos, uma vez que não se poderia obrigar a que a iniciativa privada contratasse tais profissionais, entendemos, no mais que a matéria, efetivamente, é apta à consecução do objetivo a que se propõe, a saber, a diminuição de acidentes relacionados com as más condições de saúde dos motoristas profissionais.

Entretanto, visando corrigir o aspecto formal do Projeto em tela, no que tange à técnica de elaboração legislativa, em que determinações de comportamento devem ser ressaltados, a fim de minorar a possibilidade de interpretação literal equívoca, é que apresentamos a esta Comissão, um substitutivo geral que entendemos sanará tais deficiências, para o qual solicitamos a aprovação dos Senhores Deputados componentes desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 424/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Ficam os motoristas profissionais habilitados à categoria "D" neste Estado, obrigados à realização de exame de saúde, efetuado a cada seis (06) meses.

Parágrafo único - A comprovação do previsto neste artigo dar-se-á pela apresentação de Carteira de Saúde, que conterá os dados clínicos mais importantes do portador, emitida pelo órgão estadual competente.

Art. 2º - Os restaurantes de médio e grande porte, bem como os estabelecimentos comerciais que produzam ou comercializem alimentação, localizados à margem das rodovias existentes neste Estado, ficam obrigados à supervisão de nutricionistas, que emitirão laudo técnico referente à qualidade da alimentação servida nos referidos locais, bem como oferecerão orientações no sentido de sanar eventuais deficiências neste campo.

Art. 3º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais localizados à margem das rodovias existentes neste Estado.

Art. 4º - Os postos da polícia rodoviária estadual manterão um agente da saúde, ou um patrulheiro treinado, para determinar os sinais vitais dos motoristas de que trata a presente Lei.

Art. 5º - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à execução da presente Lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 424/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria conjunta dos Senhores Deputados integrantes desta Comissão de Saúde Pública, tem por finalidade tornar obrigatória a supervisão de um nutricionista nos restaurantes de médio e grande portes; criar a Carteira de Saúde para os motoristas profissionais e proibir a venda de bebidas alcoólicas nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias no Estado do Paraná.

A intenção desta proposta é concretizar medidas de proteção à saúde dos motoristas profissionais, resultando em maior segurança e diminuição de acidentes nas rodovias estaduais.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou-se Favorável na forma do Substitutivo Geral.

Assim sendo, esta Comissão de Saúde, segue o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se Favorável na forma do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 424/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 424/91

P A R E C E R:

De autoria dos Senhores Deputados que integram a Comissão de Saúde desta Casa, trata o presente projeto de lei, de tornar obrigatória três importantes questões:

- supervisão de um nutricionista nos restaurantes de pequeno e médio portes;
- criar Carteira de Saúde para motoristas profissionais;
- proibição da venda de bebidas alcoólicas nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias no Estado do Paraná.

Tem por finalidade, a redução de acidentes, e a proteção da saúde dos motoristas profissionais.

Assim sendo, considerando-se que a Douta Comissão de Constituição e Justiça, apresentando Substitutivo Geral, opinou favoravelmente à aprovação; da mesma forma se manifestou a própria Comissão de Saúde, autora do projeto em tela, esta Comissão de Segurança Pública, opina favoravelmente pela tramitação normal do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Lembramos os Srs. Deputados que nessa fase estaremos votando a constitucionalidade do projeto em 1.ª discussão. Discussão. Votação. Aprovado.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Estamos votando contra o projeto. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo a questão de ordem faremos a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam e rejeitam o projeto.

Quatro aprovam e 25 rejeitam.

Rejeitado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.. (Publ. no D.A. nº 105/92, de 03.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 206/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Paraná.

Do ponto de vista regimental, o presente está elaborado em conformidade com o disposto no art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Analisando a matéria no seu aspecto doutrinário e constitucional nada há que

obste sua tramitação.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI N° 206/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, o presente plano de lei dispõe sobre a reforma Psiquiátrica no Estado do Paraná.

Ao ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, a referida proposta recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão examinando a matéria, concluiu ser esta justa e necessária ao pronto atendimento psiquiátrico nos hospitais do Estado.

Isto posto somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
DOMINGOS CARVALHO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, para que seja encaminhado à Comissão de Saúde, e baixado em diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde.- **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Solicitaríamos que o Deputado declinasse de cinco e fizesse a retirada por 5 sessões apenas, até porque, acredito que nem retirado precisaria, Deputado Trevisan porque o Deputado Rosinha já tem o substitutivo que será apresentado a este projeto amanhã para as devidas correções.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Que seja ratificado para ser reduzido para 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação requerimento para retirada de 5 sessões. **Aprovado o requerimento.**

Fica portanto, adiada a discussão por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 206/92.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 296/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Dispõe sobre a isenção de pagamento de passagens aos carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal no Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 147/92, de

21.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 296/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens aos carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, nada encontramos que impeça a normal tramitação do referido Projeto de Lei.

Sendo assim, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 296/92

P A R E C E R:

O projeto de lei em pauta, dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens aos carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal no Estado.

Nada impede a sua tramitação normal nesta Casa.

Somos de parecer favorável e pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, para que seja encaminhado à C.O.P.T.C., a fim de que seja baixado em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 296/92.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. Cria-se espaço alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 157/92, de 05.11.92.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 324/92

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com as municipalidades detentoras de armazéns do Instituto Brasileiro do Café-IBC -

a fim de criar espaços alternativos para atividades produtivas em áreas industrial e agrícola nas dependências cedidas pelo IBC.

No que concerne a juridicidade, o projeto de lei em tela respeita as normas constitucionais e legais, estando, inclusive, sob a égide do art. 54, inciso XXI da Constituição Estadual.

Portanto, nosso parecer é favorável à normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 324/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que cria espaços alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC.

O projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito de atuação desta Comissão, o presente projeto merece guarida pois trata de incrementar a economia dos municípios detentores de dependências do IBC, além de outros benefícios para as comunidades.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 331/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Ana Nery, do Município de Cidade Gaúcha. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 88, de 30.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 331/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Arlindo Troian, tem por finalidade a Declaração de Utilidade Pública da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", mantenedora da Escola Especial Ana Nery, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que dita normas para a

Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívicas do Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 332/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR "Ação Social de Paranavaí", com sede à Rua Getúlio Vargas n° 900, na cidade de Paranavaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 88, de 30.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 332/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 332/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR "Ação Social de Paranavaí", com sede à Rua Getúlio Vargas, n° 900, na cidade de Paranavaí.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 337/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim das Hortências, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 89, de 01.07.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 337/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Nelson Justus, objetiva Declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim das Hortências, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria de conformidade com os preceitos contidos na Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estipula

normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis no Estado do Paraná.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição, estando a mesma apta para merecer a deliberação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 339/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais do Abastecimento, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 90, de 05.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 339/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Portanto, recebe parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 344/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Vila Sarkis, com sede e foro no município de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 98, de 26.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 344/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa declarar a Utilidade Pública da Associação de Moradores da Vila Sarkis, com sede e foro no Município de Rebouças.

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6.994, de 12.01.78, razão porque inexistente óbice de natureza regimental, legal e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) -
Consta da pauta, Senhor Presidente,

que se encontra sobre a Mesa o Projeto de Resolução que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná para o exercício de 1991.

Queríamos solicitar à Mesa que determinasse o envio de uma cópia deste Projeto, uma fotocópia do seu inteiro teor, para a Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Lógico que para cada um dos Deputados seria um volume muito grande; mas nós gostaríamos de tê-lo na Liderança para analisá-lo e votar com conhecimento de causa quando vier na pauta da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa tomará providências para que o pedido de Vossa Excelência seja atendido o mais breve possível.

Sobre a mesa, Requerimento n° 2763, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2799, de autoria dos Senhores Deputados Toti Colaço e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2.781, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2772 a 2774 e 2776, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2762 e 2765 a 2771, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2759, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2757, 2758 e 2780, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2784 e 2785, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, agradeço o voto favorável do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimentos n°s 2791 a 2796, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2798, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2787, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se, a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2786, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 025/93 e 016/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 231/92, 276/92, 324/92 e 370/92, 056/93, 331/93, 332/93, 337/93, 339/93 e 344/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 218/92, 367/92, 082/93, 114/93, 132/93, 138/93, 172/93, 184/93, 208/93, 215/93, 315/93, 347/93 e 348/93 e do Projeto de Resolução n° 006/93.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 243/93

I - exonerar, a pedido, GLAIR TESSERO-

LI CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1° de julho de 1993;

II - prover, GLAIR TESSEROLI CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1° de julho de 1993;

III - exonerar, a pedido, SANDRA REGINA ROSSETIN WAGNER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1° de julho de 1993;

IV - prover, SANDRA REGINA ROSSETIN WAGNER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1° de julho de 1993;

V - exonerar, a pedido, ALBERONI LOPES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de julho de 1993;

VI - prover, MARIA DAS DORES MOREIRA ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de julho de 1993;

VII - autorizar MARIA DAS DORES MOREIRA ALVES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - exonerar, a pedido, LUZIA CARMARGO DA CRUZ, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de julho de 1993;

IX - prover, GIOVANI DE JESUS PESUSCKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de julho de 1993;

X - autorizar GIOVANI DE JESUS PESUSCKI, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XI - exonerar, a pedido, JONAS CARDOSO BELO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1° de julho de 1993;

XII - prover, ROSANE VERANEIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1° de julho de 1993;

XIII - autorizar ROSANE VERANEIO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XIV - exonerar, a pedido, HARRY AVON, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Assistência ao

4380

Plenário, a partir de 1º de julho de 1993;

XV - prover, MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Assistência ao Plenário, a partir de 1º de julho de 1993;

XVI - autorizar MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 245/93
prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1993, conforme especifica:

1-G: AYRTON LOPES DA SILVA

1-G: RICARDO RODRIGUES

1-G: ODEMAR ORLANDO ULBRICH

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/93
prover, FLÁVIO ARTUR SANTOS BAUER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de julho de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 247/93

I - exonerar, a pedido LUIZA ISOLANI SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, LUIZA ISOLANI SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, LUIZ HERRERA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc.nº 6631)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/93

I - exonerar, a pedido, MILTON MIRO VERNALHA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, ANTÔNIO DOMINGOS ANDRÉ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protocs.nºs 6706 e 6708)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/93

I - exonerar, a pedido, ETELVINO CARLOS MENOSO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, ETELVINO CARLOS MENOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, DIETER RANDOLF LUDEWIG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 6847)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/93

I - exonerar, a pedido REGINA LOPES PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de julho de 1993;

II - exonerar, a pedido, BENNO KARL LUDEWIG, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, BENNO KARL LUDEWIG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 6848)

Palácio "XIX Dezembro", em 1º.07.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/93

I - exonerar, a pedido, IZABEL MITUKO AKIYOSHI LOUREIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, MARLI PAULINA FRANCO FERREIRA PINTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de julho de 1993;

III - autorizar MARLI PAULINA FRANCO FERREIRA PINTO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 6932)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 252/93

I - exonerar, a pedido, CARMEM ELIZABETH FARACO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, PEDRO VIEIRA CÉSAR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 6959)

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.07.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 253/93

I - exonerar, a pedido, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, PÍNDARO PEREIRA BORBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7185)

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.07.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 254/93
I - exonerar, a pedido, JORGE LUIZ EZÍDIO DIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, MARCELO SANDOLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7196)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 255/93
I - exonerar, a pedido, MARIA DE FÁTIMA CIVIDINI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, HILÁRIO JACINTO INÁCIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7297)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 256/93
I - exonerar, a pedido, INÊS MARIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1993;

II - exonerar, a pedido, WILSON JOEL LEAL GASINO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, MARIA IVONE B. DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1993;

IV - exonerar, a pedido, VERA LÚCIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de julho de 1993;

IV - prover, WILSON JOEL LEAL GASINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7327)

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.07.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 257/93
I - exonerar, a pedido, MAGDA SUZANA LUNKES, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, MAGDA SUZANA LUNKES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, INÊS CLAUDETE RIZZI, pa-

ra exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7372)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/93

I - exonerar, a pedido, FLÁVIO JOSÉ DE FREITAS FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, MARLENE DA SILVA DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7383)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/93

I - exonerar, a pedido, EDDE ELOISE GALVAO DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de julho de 1993;

II - exonerar, a pedido, RAFAEL STADNICK, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, RAFAEL STADNICK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7391)

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.07.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/93
mandar pagar a WANDA LACHOWSKI, viúva do ex-Deputado Estadual Ladislau Lachowski, falecido em 30 de maio de 1993, pensão mensal, de acordo com a Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e artigo 3º do Decreto Legislativo nº 180, de 18 de maio de 1964; e, nos termos da Resolução nº 052, de 25 de novembro de 1991, respeitando-se o artigo 3º e respectivo parágrafo da Lei nº 7.568, de 11 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 5288)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 261/93

I - exonerar, a pedido, LUIZ CÉSAR KALUZNY, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, LUIZ JUVÊNCIO AZOLLIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7420)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 262/93

I - exonerar, a pedido, CARLOS KASPA-CHAK ALVES RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de julho de 1993;

II - exonerar, a pedido, VERA ARLANZA

CLEVE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7440)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 263/93

I - exonerar, a pedido, REGINA LUBKE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, REGINA LUBKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 1993;

III - exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA NUNES DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 1993;

IV - prover, MARIA APARECIDA NUNES DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7441)

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.07.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 264/93

I - exonerar, a pedido, JORGE LUÍS DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, JORGE LUÍS DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto

Quintana, a partir de 1º de julho de 1993;

III - prover, OTÁVIO ISRAEL FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7463)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 265/93

I - exonerar, a pedido, ROSEMEYRE DOS SANTOS VITORINO CALERO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, EDSON FRANCISCO DE MOURA MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7468)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 14.07.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 266/93

I - exonerar, a pedido, SANDRO ALEX GUIDALLI, do Cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de julho de 1993;

II - prover, TIRZA DA SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de julho de 1993.

(Protoc. nº 7480)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 15.07.93

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2º Secretário